



Demonstrações Financeiras / Dezembro 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. faz parte do Grupo CNH Industrial (Grupo), e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentam a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do Grupo CNH Industrial, e, de acordo com suas políticas de créditos.

Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. A partir de 1º de dezembro de 2021, após cisão da Iveco em relação ao Grupo CNH Industrial, os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT são prestados através de contratos de parceria estabelecidos com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Resolução nº 54/20 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Conselho de Administração, as políticas institucionais e a estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Gerenciamento de Capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, bem como informações qualitativas e quantitativas, podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de riscos:

A) Risco Social, Ambiental e Climático

Atendendo à Resolução nº 4.945/21 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSSAC), contendo os princípios e as diretrizes que norteiam as ações da Instituição quanto à promoção do desenvolvimento sustentável e responsável nas atividades inerentes ao seu negócio e na relação com as partes interessadas. A política observa os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. também estabeleceu a estrutura de Governança da PRSSAC em linha com o porte, natureza do negócio e a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados. A Governança instituída tem como maior objetivo assegurar o cumprimento dos princípios, diretrizes e objetivos estratégicos da Instituição. Seguem as instâncias da estrutura de governança da PRSSAC: Conselho de Administração, Comitê de Riscos, Diretor Responsável pelo Risco Social, Ambiental e Climático e Risco Socioambiental.

B) Risco Operacional

Dentro das diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define o Risco Operacional (RO) como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Nesse sentido, o Banco CNH Industrial Capital S.A. definiu uma estrutura de gerenciamento de RO suportado por procedimentos e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, alocação de recursos capacitados e compatíveis com a complexidade dos negócios da Instituição e definição de funções e responsabilidades, bem como processos consistentes e abrangentes para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do RO.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado com a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e aos regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso, define Risco de Liquidez como:

- I. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial S.A. era de 11,09%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

Patrimônio líquido exigido

Cálculo do Limite de Imobilização e Índice de Basileia - R\$K)	
Abertura do Coeficiente de Capital Regulatório	dez/22
Patrimônio de referência nível I	1.864.375
Capital principal	1.864.375
Patrimônio de referência nível II	307.420
Dívida subordinada	307.420
Patrimônio de referência	2.171.794
Risco de crédito	18.568.817
Risco de mercado	15.171
Risco operacional	1.001.542
Valor correspondente ao RBAN / IRRBB	117.473
Ativo ponderado pelo risco - RWA	19.585.530
Patrimônio de referência (RWA)	1.684.316
Índice de Basileia	11,09%

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria, Diretoria Financeira, Presidência do Banco CNH Industrial Capital S.A. e membros da tesouraria da CNH Industrial Brasil Ltda., responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *Funding* do Banco.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.860/20, do CMN, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos das empresas do Grupo CNH Industrial. Dentro desse cenário, 41% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 10% ao segmento de construção e 18% ao segmento de veículos comerciais. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 31% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 32% do total de financiamentos da carteira. O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e a contribuição social no valor de R\$ 324.869.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R\$ 600.830 representando 3,05% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021			PASSIVO	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021		
	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
CIRCULANTE		11.053.466	6.676.607	CIRCULANTE		8.036.271	4.498.711
Caixa e equivalentes de caixa	4	893.079	601.451	Depósitos e demais instrumentos financeiros		7.829.302	4.404.541
Disponibilidades		394	2.194	Depósitos interfinanceiros	9	2.629.137	1.159.230
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	892.685	599.257	Depósitos a prazo	9	1.309.446	1.055.912
Instrumentos financeiros		10.342.258	6.272.110	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	1.180.558	334.634
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.e	64.893	27.288	Obrigações por emissão de letras financeiras	10	743.647	33.729
Operações de crédito	6.a	5.313.052	3.566.795	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	11	1.828.277	1.681.751
Títulos de créditos a receber	6.d	4.900.137	2.628.711	Instrumentos financeiros derivativos		2.097	26.503
Outros ativos financeiros	7.a	64.176	49.316	Parcelas recebidas e não baixadas		3.250	7.840
Operações de arrendamento mercantil		91.844	40.547	Outros passivos financeiros	7.a	132.890	104.942
Operações de arrendamento mercantil	6.a	91.844	40.547	Obrigações fiscais	7.b	206.969	94.170
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(282.087)	(241.288)	Impostos e contribuições a recolher		205.391	94.170
Provisão para perdas em operações de crédito	6.a	(231.602)	(212.165)	Obrigações fiscais diferidas		1.578	-
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	6.a	(1.156)	(241)	NÃO CIRCULANTE		10.665.762	8.326.816
Provisão para outros ativos	6.d	(49.329)	(28.882)	Depósitos e demais instrumentos financeiros		10.565.559	8.232.257
Outros ativos		8.372	3.787	Depósitos interfinanceiros	9	488.343	1.122.666
Despesas antecipadas	7.c	8.372	3.787	Depósitos a prazo	9	1.129.641	702.751
NÃO CIRCULANTE		9.611.299	7.714.439	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	10	1.002.545	850.100
Instrumentos financeiros		9.529.303	7.775.451	Obrigações por emissão de letras financeiras	10	2.665.344	1.260.735
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.e	136.268	80.029	Obrigações por repasses - instituições oficiais	11	4.495.984	4.195.402
Operações de crédito	6.a	9.379.394	7.682.721	Obrigações por repasse - exterior	11	328.718	-
Títulos de créditos a receber	6.d	738	61	Instrumentos financeiros derivativos		18.795	2.391
Outros ativos financeiros	7.a	12.903	12.640	Dívidas subordinadas elegíveis ao capital	7.d	307.420	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(318.743)	(316.110)	Outros passivos financeiros	7.a	128.769	98.212
Provisão para perdas em operações de crédito	6.a	(318.739)	(316.110)	Provisões	19	22.347	21.557
Provisão outros ativos	6.d	(4)	-	Contingências		22.347	21.557
Créditos tributários	12.b & c	338.182	230.693	Obrigações fiscais diferidas	7.b	77.856	73.002
Crédito tributário		338.182	230.693	Obrigações fiscais diferidas		77.856	73.002
Outros ativos		50.719	14.443	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.962.732	1.565.519
Outros valores e bens	7.c	56.997	14.912	Capital social	13	1.427.695	1.232.549
Provisão para desvalorizações		(6.278)	(469)	Reserva de capital		113.908	113.908
Imobilizado de uso		1.397	2.808	Reserva de lucros		363.317	141.877
Outras imobilizações de uso		9.991	11.963	Outros resultados abrangentes	20.b	57.812	77.185
Depreciações		(8.594)	(9.155)				
Intangível		10.441	7.154				
Ativos intangíveis	8.a	17.393	9.336				
Amortizações	8.b	(6.952)	(2.182)				
Total		20.664.765	14.391.046	Total		20.664.765	14.391.046



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.305.520	2.317.019	1.424.333
Operações de crédito	6.a	829.608	1.486.402	1.245.559
Operações de arrendamento mercantil	6.a	34.636	56.684	17.996
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	47.887	81.477	28.036
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		71.723	140.529	(33.017)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6.a	321.666	551.927	165.759
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.052.079)	(1.630.606)	(906.104)
Captações no mercado	9 & 10	(613.669)	(1.025.871)	(263.996)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(219.315)	(413.722)	(351.721)
Operações de arrendamento mercantil	6.a	(29.106)	(47.758)	(15.463)
Provisão para perdas com créditos		(189.989)	(143.255)	(274.924)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		253.441	686.413	518.229
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(101.014)	(173.929)	(121.767)
Receitas de prestação de serviços		5.579	10.745	8.599
Despesas de pessoal		(31.794)	(57.416)	(46.694)
Outras despesas administrativas	14	(63.942)	(103.256)	(82.722)
Despesas tributárias		(21.296)	(39.549)	(25.539)
Outras receitas operacionais	15	21.530	29.815	34.451
Outras despesas operacionais	16	(11.091)	(14.268)	(9.862)
RESULTADO OPERACIONAL		152.427	512.484	396.462
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(5.399)	(4.017)	5.019
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		147.028	508.467	401.481
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(18.655)	(178.216)	(156.535)
Imposto de renda corrente		(37.155)	(143.238)	(76.869)
Contribuição social corrente		(35.667)	(120.184)	(71.614)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		54.167	85.206	(8.052)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.764)	(5.382)	(5.975)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		125.609	324.869	238.971
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas		0,09	0,23	0,24

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021
1 - RECEITAS	1.143.134	2.216.216	1.200.067
Intermediação financeira	1.305.520	2.317.019	1.424.333
Prestação de serviços	5.579	10.745	8.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(189.989)	(143.255)	(274.924)
Outras receitas operacionais	21.530	29.815	34.451
Outras receitas não operacionais	494	1.892	7.608
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(862.090)	(1.487.351)	(631.180)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(78.317)	(118.892)	(92.123)
Materiais, energia e outros	(73)	(156)	(91)
Serviços de terceiros	(2.969)	(9.093)	(12.626)
Outras despesas administrativas	(58.290)	(89.465)	(66.955)
Outras despesas operacionais	(11.091)	(14.268)	(9.862)
Outras despesas não operacionais	(5.894)	(5.910)	(2.589)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	202.727	609.973	476.764
5 - DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.585)	(3.078)	(2.518)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	201.142	606.895	474.246
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-	-
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6 + 7)	201.142	606.895	474.246
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	29.858	53.112	44.571
Remuneração direta	24.661	43.096	38.329
Benefícios	3.528	6.686	3.648
F.G.T.S.	1.669	3.330	2.594
Impostos, taxas e contribuições	44.651	227.453	190.173
Federais	44.106	226.391	189.503
Estaduais	-	87	96
Municipais	545	975	574
Remuneração de capitais de terceiros	1.024	1.463	531
Aluguéis	1.024	1.463	531
Remuneração de capitais próprios	125.609	324.867	238.971
Juros sobre o capital próprio	103.430	103.430	62.993
Lucros retidos	22.179	221.437	175.978
T o t a l	201.142	606.895	474.246

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021
Lucro líquido		125.609	324.869	238.971
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Outros resultados abrangentes	20	(33.998)	(19.373)	101.678
Ajustes de avaliação patrimonial		(33.998)	(19.373)	101.678
Variação de valor justo		(62.020)	(35.224)	184.870
Efeito fiscal		28.022	15.851	(83.192)
Total do resultado abrangente		91.611	305.496	340.649

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021	2º semestre de 2022	Exercício de 2022	Exercício de 2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido	125.609	324.869	238.971			
Ajustes ao lucro líquido	139.791	65.991	277.366			
Depreciações e amortizações	1.585	3.077	2.518			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	189.989	143.255	274.924			
Provisão para desvalorização - bens não de uso	-	-	274			
Provisão para contingências	2.384	4.865	8.876			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(54.167)	(85.206)	8.052			
Aumento em resultados de exercícios futuros	-	-	(17.278)			
Variação em ativos e passivos:	(108.910)	(186.424)	(620.803)			
Redução / (aumento) em instrumentos financeiros derivativos (I.F.D.)	7.460	(101.846)	(174.723)			
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	(2.851.165)	(3.614.498)	(1.775.654)			
Redução / (aumento) em outros créditos	(1.636.969)	(2.289.026)	(1.071.912)			
Redução / (aumento) em outros valores e bens	(3.607)	(41.323)	(9.671)			
Aumento / (redução) em depósitos	666.130	1.516.008	1.279.442			
Aumento / (redução) em obrigações por empréstimo e repasses	1.479.255	775.825	(563.891)			
Aumento / (redução) em outras obrigações	392.822	569.383	189.761			
Impostos pagos	(66.569)	(94.471)	(23.779)			
Aumento / (redução) em captação	1.937.731	3.112.897	1.427.946			
Aumento / (redução) em ajuste ao valor de mercado T.V.M.	(33.998)	(19.373)	101.678			
Caixa líquido originado em atividades operacionais	156.490	204.436	(104.466)			
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	90	993	469			
Alienação de bens não de uso próprio	171	462	22.092			
Alienação de investimentos	(12)	(33)	2			
Baixa / aplicação no ativo intangível	(2.932)	(5.946)	(4.773)			
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(2.683)	(4.524)	17.790			
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO						
Aumento de capital	195.145	195.145	-			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(103.429)	(103.429)	(170.000)			
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	91.716	91.716	(170.000)			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	245.523	291.628	(256.676)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	647.555	1.249.005	858.127			
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	893.079	1.540.634	601.451			
Redução de caixa e equivalentes de caixa	245.524	291.629	(256.676)			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Capital social realizado	Capital social a realizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		972.549	-	113.908	332.906	-	(24.493)	1.394.870
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	-	-	-	101.678	101.678
Aumento de capital		260.000	-	-	(260.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	238.971	-	238.971
Dividendos pagos		-	-	-	(107.007)	-	-	(107.007)
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	11.949	(11.949)	-	-
Reserva outras		-	-	-	227.022	(227.022)	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(62.993)	-	-	(62.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.232.549	-	113.908	141.877	-	77.185	1.565.519
Mutações do exercício		260.000	-	-	(191.029)	-	101.678	170.649
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.232.549	-	113.908	141.877	-	77.185	1.565.519
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	-	-	-	(19.373)	(19.373)
Aumento de capital		107.230	-	-	-	-	-	107.230
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	324.869	-	324.869
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	16.243	(16.243)	-	-
Reserva outras		-	-	-	308.626	(308.626)	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	87.916	-	(103.429)	-	-	(15.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.339.779	87.916	113.908	363.317	-	57.812	1.962.732
Mutações do exercício		107.230	87.916	-	221.440	-	(19.373)	397.213
Saldos em 30 de junho de 2022		1.232.549	-	113.908	341.137	-	91.810	1.779.404
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	-	-	-	(33.998)	(33.998)
Aumento de capital		107.230	-	-	-	-	-	107.230
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	125.609	-	125.609
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	6.280	(6.280)	-	-
Reserva outras		-	-	-	119.329	(119.329)	-	-
Juros sobre o capital próprio		-	87.916	-	(103.429)	-	-	(15.513)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.339.779	87.916	113.908	363.317	-	57.812	1.962.732
Mutações do semestre		107.230	87.916	-	22.180	-	(33.998)	183.328

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. (Banco) foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 4 de janeiro de 1999. Suas atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Está constituído sob a forma de banco múltiplo e autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Está sediado na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, na Cidade Industrial de Curitiba. O Banco faz parte do Grupo CNH Industrial ("Grupo") e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelo Grupo, de acordo com sua política de crédito. Atualmente, as operações do Banco são realizadas através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor – CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro. Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. A partir de 1º de dezembro de 2021, após cisão da Iveco em relação ao Grupo CNH Industrial, os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT, são prestados através de contratos de parceria estabelecida com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN. Adicionalmente, a partir de agosto de 2020, foram incluídas nas demonstrações contábeis as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram as contas do Balanço Patrimonial e estão apresentadas em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2023. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamento	Descrição	Homologação BACEN
CPC 00 (R2)	Estrutura conceitual para relatório financeiro	Resolução CMN nº 4.924/21 e BCB nº 120/21
CPC 01 (R1)	Redução ao valor recuperável de ativos	Resolução CMN nº 3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Resolução CMN nº 4.524/16
CPC 03 (R2)	Demonstração dos fluxos de caixa	Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/20
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre partes relacionadas	Resolução CMN nº 3.750/09
CPC 10 (R1)	Pagamento baseado em ações	Resolução CMN nº 3.989/11
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	Resolução CMN nº 4.007/11
CPC 24	Evento subsequente	Resolução CMN nº 3.973/11
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Resolução CMN nº 3.823/09
CPC 27	Ativo imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	Resolução CMN nº 4.877/20
CPC 41	Resultado por ação	Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/20
CPC 46	Mensuração do valor justo	Resolução CMN nº 4.748/19

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Em novembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o Banco CNH Industrial Capital S.A. iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender a sua implementação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- I - Das transações que não envolvem caixa;
- II - De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- III - De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação – avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda – avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento – avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção ("*hedge*") ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("*hedge*") podem ser classificados como:

- I - "*hedge*" de risco de mercado; e
- II - "*hedge*" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*" e os respectivos objetos de "*hedge*" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no exercício; e
2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e, em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Mensuração do valor justo

A determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três classificações quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamados níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis significativos).

e) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como títulos de créditos a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio do Banco, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, artigo 2º, §3º, as operações de arrendamento mercantil passam a ser apresentadas nos saldos de valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e pela provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No cálculo do valor presente, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, quando não há previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor residual garantido.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e passivo não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

As obrigações são registradas em contas específicas do passivo e atualizadas de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a essas operações tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que a operação foi denominada) são contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

m) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que exceder o R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentadas nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Rendas de exercícios futuros

De acordo com a Resolução BCB nº 92/2021 foi extinto do COSIF, o Grupo 5 – Rendas de exercícios futuros, sendo todos os montantes do mesmo transferidos à linha de Outros Passivos, e referem-se às receitas já recebidas e subsídios da montadora que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

q) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro líquido (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações.

r) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

- I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e
- II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 22.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	394	2.194
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	892.685	599.257
Total	893.079	601.451

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2022	2021
	Total circulante até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	191.367	101.059
Operações compromissadas	701.318	498.198
Total	892.685	599.257

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 81.477 (R\$ 28.036 em 2021).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

Ativo circulante	2022	2021
	Repasse no país - BNDES FINAME	1.826.722
Repasse no exterior	72.690	-
Empréstimos e financiamentos	3.413.640	1.837.950
Arrendamento mercantil	91.844	40.547
Provisão para perdas em operações de crédito	(231.602)	(212.165)
Provisão para perdas em arrendamento mercantil	(1.156)	(241)
Subtotal	5.172.138	3.394.936
Ativo não circulante	2022	2021
	Repasse no país - BNDES FINAME	4.520.039
Repasse no exterior	245.267	-
Empréstimos e financiamentos	4.614.088	3.523.608
Provisão para perdas em operações de crédito	(318.739)	(316.110)
Subtotal	9.060.655	7.366.611
Total	14.232.793	10.761.547

Receita (despesa) de operações de crédito e de arrendamento mercantil	2022	2021
	Operações de crédito	1.486.402
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	551.927	165.759
Receita de operações de arrendamento mercantil	56.684	17.996
Despesa de operações de arrendamento mercantil	(47.758)	(15.463)
Provisão para perdas com créditos	(143.255)	(274.924)
Total	1.904.000	1.138.927

b) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honradas, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

SETOR PRIVADO	2022	2021
	Rural	8.439.242
Indústria	478.934	295.944
Comércio	4.778.223	2.526.104
Serviços	5.985.393	3.844.369
Pessoa física	3.373	2.196
Órgão público	-	177.377
Total da carteira	19.685.165	13.918.835

c) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honradas, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	2022				2021			
	Em curso normal		Vencidos		Total		Total	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	2.358.542	-	-	-	2.358.542	-	1.663.713	-
A	9.611.441	48.057	-	-	9.611.441	48.057	5.883.627	29.418
B	3.062.142	30.621	76.461	765	3.138.603	31.386	3.274.520	32.745
C	2.703.511	81.105	154.221	4.627	2.857.732	85.732	1.971.588	59.147
D	936.292	93.629	127.054	12.705	1.063.346	106.334	565.598	56.560
E	288.563	86.569	91.324	27.397	379.887	113.966	221.995	66.599
F	24.163	12.081	54.085	27.042	78.248	39.123	33.799	16.899
G	21.401	14.981	49.048	34.334	70.449	49.315	26.556	18.589
H	49.321	49.321	77.596	77.596	126.917	126.917	277.439	277.441
Total	19.055.376	416.364	629.789	184.466	19.685.165	600.830	13.918.835	557.398

d) Provisão para títulos e créditos a receber

Provisão para títulos e créditos a receber - outros ativos	2022	2021
	Títulos e créditos a receber	4.900.875
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de outros ativos	(49.333)	(28.882)
Total	4.851.542	2.599.890

e) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	2022	2021
	Saldo no início do exercício	557.398
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	105.634	274.924
Parcela baixada (compensação como prejuízo)	(62.202)	(88.935)
Saldo final	600.830	557.398

Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 46.938 (R\$ 309.769 em 2021) e os créditos renegociados somaram R\$ 442.287 (R\$ 365.478 em 2021).

f) Concentração de risco de crédito

Maiores devedores	2022	%	2021	%
	10 maiores devedores	1.753.739	9%	960.974
20 seguintes maiores devedores	2.003.512	10%	897.559	6%
50 seguintes maiores devedores	2.062.862	10%	1.181.588	9%
100 seguintes maiores devedores	1.713.583	9%	1.195.452	9%
200 seguintes maiores devedores	1.544.972	8%	1.173.664	8%
500 seguintes maiores devedores	1.832.067	9%	1.354.270	10%
Acima dos 500 maiores devedores	8.774.430	45%	7.155.328	51%
Total	19.685.165	100%	13.918.835	100%

7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Outros ativos e passivos financeiros

Outros ativos financeiros - circulante	2022	2021
	Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 17)	15.096
Imposto a compensar	-	17.706
Participações pagas antecipadamente	2.110	1.997
Outros (I)	46.970	25.052
Total	64.176	49.316
Outros ativos financeiros - não circulante	2022	2021
	Devedores de depósito em garantia	11.504
Imposto a compensar	447	-
Outros investimentos	952	919
Total	12.903	12.640
Outros passivos financeiros - circulante	2022	2021
	Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 17)	9.428
Sociais e estatutárias	11.892	11.625
Provisão para pagamentos a efetuar	8.918	6.888
Despesas de pessoal	5.153	4.303
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.441	2.445
Outros passivos (II) - sociedades ligadas (Nota 17)	47.123	35.588
Outros passivos (II) - terceiros	47.934	44.093
Total	132.890	104.942

Outros passivos financeiros - não circulante	2022	2021
	Outros passivos (II) - sociedades ligadas (Nota 17)	67.783
Outros passivos (II) - terceiros	59.631	51.263
Valores a pagar - sociedades ligadas	1.355	1.355
Total	128.769	98.212

(I) Valor a receber referente à venda de bens não de uso registrado em outros devedores diversos no montante de R\$ 17.437, valores em trânsito de boletos pagos no montante de R\$ 10.759 e valores a receber de subsídios no montante de R\$ 18.076.
(II) Valor referente às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente das partes relacionadas CNH Industrial Brasil Ltda. e On-Highway Brasil Ltda. e suas redes de concessionárias como subsídio de taxa de juros de operações de crédito, as quais são apropriadas para o resultado, conforme os prazos correspondentes dos respectivos contratos de operação de crédito.

b) Obrigações fiscais e diferidas

Obrigações fiscais - circulante	2022	2021
	Impostos e contribuições a recolher	206.969
Total	206.969	94.170
Obrigações fiscais - não circulante	2022	2021
	Obrigações fiscais diferidas	77.856
Total	77.856	73.002

c) Outros valores e bens

Ativo circulante	2022	2021
	Despesas antecipadas	8.372
Total	8.372	3.787
Ativo não circulante	2022	2021
	Despesas antecipadas (I)	42.547
Ativos não financeiros mantidos para venda	14.450	14.912
Provisão para desvalorizações	(6.278)	(469)
Total	50.719	14.443

(I) Refere-se substancialmente à comissão de negociação de títulos, que são amortizados de acordo com os respectivos vencimentos.

d) Dívidas subordinadas elegíveis ao capital

Passivo não circulante	2022	2021
	Dívidas subordinadas elegível ao capital (I)	307.420
Total	307.420	-
Despesas	2022	2021
	Despesas de dívidas subordinadas	7.420
Total	7.420	-

(I) Refere-se a empréstimos caracterizados como "Dívida Subordinada", conforme Resolução CMN nº 4.955/21, sendo com a parte relacionada CNH Industrial Brasil Ltda. realizado em 13 de outubro de 2022 no montante de R\$ 200.000 e em 22 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 13 de outubro de 2032 e em 22 de dezembro de 2032 respectivamente. A taxa aplicada a esses empréstimos é de 125% do DI.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Título	2022			2021	
	Circulante até 3 meses	Circulante após 3 meses	Não circulante	Total	Total
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20.975	43.918	136.268	201.161	107.317
Total	20.975	43.918	136.268	201.161	107.317

8. INTANGÍVEL

Intangível	2022	2021
	(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(6.952)
Total	10.441	7.154

a) Movimentação do intangível

Saldo inicial	2022	2021
	Adição / (baixa) do período	9.336
Saldo final	8.057	3.174
Total	17.393	9.336

b) Movimentação da amortização

Saldo inicial	2022	2021
	Amortização (líquida de reversão) do período	(2.182)
Saldo final	(4.770)	-
Total	(6.952)	(2.182)

9. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO

Título	2022					2021	
	Passivo circulante		Passivo não circulante			Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
CDI	1.330.800	1.298.337	488.343	-	-	3.117.480	2.281.896
CDB*	1.138.670	170.776	346.803	779.138	3.700	2.439.087	958.517
DPGE	-	-	-	-	-	-	800.146
Total	2.469.470	1.469.113	835.146	779.138	3.700	5.556.567	4.040.559

A taxa média verificada para as operações de depósitos interfinanceiros e a prazo no exercício foi 104,46% do CDI (106,34% em 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o Banco apurou uma despesa com depósitos a prazo no montante de R\$ 577.624 (R\$ 149.113 em 31 de dezembro de 2021).

* O saldo das operações de CDB com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$ 21.930 (R\$ 132.036 em 2021) (Nota 17).

10. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE LETRAS

Título	2022			2021	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Total	Total
LCA	1.180.558	1.002.545	2.183.103	1.184.734	-
LF	743.647	2.665.344	3.408.991	1.294.464	-
Total	1.924.205	3.667.889	5.592.094	2.479.198	-

A taxa média verificada para as operações de recursos de aceites e emissão de títulos foi 100,92% do CDI (107,14% em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco apurou uma despesa com operações de recursos de aceites e emissão de títulos no montante de R\$ 448.247 (R\$ 114.884 em 31 de dezembro 2021).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Obrigações por repasses	2022			2021		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
- instituições oficiais	1.828.277	4.495.984	6.324.261	1.681.751	4.195.402	5.877.153
Obrigações por repasses - exterior	-	328.718	328.718	-	-	-
Total	1.828.277	4.824.702	6.652.979	1.681.751	4.195.402	5.877.153

Despesa com empréstimo e repasse - instituições oficiais (a) 403.668 351.721
Despesas com empréstimo e repasse - exterior (b) 10.054 -
Total 413.722 351.721

(a) Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2031 e com encargos à taxa prefixada entre 0,95% e 14,50% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), SELIC ou Taxa Fixa BNDES (TFB) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 2% e 6% ao ano.
(b) Captações de recursos no exterior em dólar com a CNH Industrial Capital LLC e Banco Itaú S.A. com taxa média de 5,91%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	503.085	395.507
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 15% / 20%, respectivamente	(227.831)	(187.442)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	49.615	30.907
Efeito de outras adições / exclusões do semestre	(4.031)	(2.609)
Destinação para incentivos fiscais	5.990	3.351
Efeito dos juros sobre capital próprio	47.578	31.497
Outros ajustes	78	(1.332)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(178.216)	(156.535)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	2022	2021
Provisão para perdas com créditos (a)	319.079	214.495
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.048	1.060
Provisão para contingências	9.572	9.261
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.825	211
COFINS Lei nº 9.718	484	440
Outros	5.174	5.226
Total do crédito tributário	338.182	230.693
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação e hedge de fluxo de caixa	(79.434)	(73.002)
Subtotal	(79.434)	(73.002)
Créditos tributários - líquidos	258.748	157.691

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 270.374 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 de R\$ 49.754.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2022, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2022	2021
2022	-	52.635
2023	87.932	62.595
2024	71.726	40.279
2025	58.080	37.830
2026	58.078	37.354
2027	62.366	-
Total	338.182	230.693

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 239.636 (R\$ 182.069 em dezembro de 2021).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 1.427.694.955 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 1.418.109.411 ações pertencentes à New Holland Limited com sede no Reino Unido, e 9.585.544 ações da CNH Industrial Brasil Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 107.230 (emissão de 107.230.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2022. Homologado pelo BACEN em 20 de setembro de 2022.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 87.916 (emissão de 87.915.470 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2022. Homologado pelo BACEN em 26 de janeiro de 2023.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 125.609 com utilização do lucro líquido do semestre. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 6.280.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Em 12 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 103.429 (R\$ 87.915 líquido do imposto de renda na fonte).

O resultado Básico e Diluído das ações ordinárias nominativas foi no montante de R\$ 324.869 para o exercício de 2022.

Lucro Básico e Diluído por ação:

Descrição	2022	2021
Número de ações	1.427.694.955	1.232.549.485
Lucro básico e diluído por ações (em R\$)	0,23	0,24
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em R\$ mil)	227,55	240,36

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022	Exercício 2022	
		2022	2021
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(11.410)	(21.637)	(25.869)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(6.781)	(12.724)	(10.207)
Despesas de processamento de dados	(4.775)	(6.983)	(4.591)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(5.219)	(7.714)	(5.175)
Despesas de viagens e transportes	(1.699)	(2.706)	(372)
Despesas de promoções e publicidade (c)	(16.523)	(23.028)	(13.464)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(4.687)	(8.678)	(8.769)
Despesas de amortização e depreciação	(1.585)	(3.077)	(2.518)
Despesas de comunicações	(129)	(270)	(311)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.670)	(4.035)	(3.741)
Despesas com incentivos fiscais	(5.562)	(5.562)	(3.044)
Despesas de seguros	(1.911)	(3.733)	(2.772)
Despesas de alugueis	(1.024)	(1.463)	(530)
Outras despesas administrativas	(967)	(1.646)	(1.359)
Total	(63.942)	(103.256)	(82.722)

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 15.001 (R\$ 19.542 em 2021), serviços de análise de crédito R\$ 4.597 (R\$ 4.786 em 2021) e outros serviços técnicos especializados R\$ 2.039 (R\$ 1.541 em 2021).

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 7.021 (R\$ 4.740 em 2021) e serviços de remarketing R\$ 5.703 (R\$ 5.467 em 2021).

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas, no montante de R\$ 21.120 (R\$ 13.147 em 2021) e outros prestadores de serviços no montante de R\$ 1.908 (R\$ 317 em 2021).

15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022	Exercício 2022	
		2022	2021
Outras rendas operacionais (a)	9.667	16.988	12.242
Recuperação de encargos e despesas	11.863	12.827	22.209
Total	21.530	29.815	34.451

(a) Referem-se substancialmente à recuperação de custas com assessoria de cobrança.

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022		Exercício 2022		Exercício 2021	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita	Ativo	Receita
Despesas com provisão para contingências (a)	(2.384)	(4.865)	(35.884)	(161.958)	(8.876)	(9.174)
Despesas de vitórias de bens financiados	(161)	(276)	-	-	(224)	-
Despesas com variação cambial	(6.902)	(6.901)	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(1.644)	(2.226)	-	-	(762)	-
Total	(11.091)	(14.268)	(35.884)	(161.958)	(9.862)	-

(a) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2º semestre 2022		Exercício 2022		Exercício 2021	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita	Ativo	Receita
Depósitos (CDB e LCA)	(235.736)	(18.946)	(235.736)	(35.884)	(161.958)	(9.174)
CNH Industrial Brasil Ltda.	-	(6.491)	-	(13.390)	(137.002)	(7.009)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(21.921)	(1.659)	(21.921)	(3.251)	(24.948)	(851)
On-Highway Brasil Ltda.	-	(13)	-	(8.459)	-	(903)
FPT Industrial Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	(411)
Teksid do Brasil Ltda.	(9)	(1)	(9)	(1)	(8)	-
CNH Industrial Capital LLC	(213.806)	(10.782)	(213.806)	(10.783)	-	-
Serviços prestados	522	(3.750)	522	(6.350)	(17)	(189)
On-Highway Brasil Ltda.	522	1.045	522	2.089	-	-
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	-	(3.778)	-	(7.009)	-	-
FCA Rental Locadora de Automóveis Ltda.	-	(788)	-	(1.061)	-	-
FCA Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	-	(229)	-	(369)	(17)	(189)
Outros créditos e obrigações	(418.730)	(121.031)	(418.730)	(105.581)	(77.975)	39.373
CNH Industrial Brasil Ltda. (a)	(308.970)	(142.189)	(308.970)	(145.793)	(1.355)	(1.914)
CNH Industrial Brasil Ltda.	9.961	-	9.961	-	4.561	-
On-Highway Brasil Ltda.	(9.428)	(1.587)	(9.428)	(2.108)	-	-
On-Highway Brasil Ltda.	4.613	-	4.613	-	-	-
CNH Industrial Brasil Ltda. (b)	(90.647)	16.098	(90.647)	30.932	(68.691)	31.405
On-Highway Brasil Ltda. (b)	(24.259)	6.647	(24.259)	11.388	(12.490)	9.882

(a) Referem-se substancialmente às captações com Dívidas Subordinadas, conforme mencionado na Nota 7d.

(b) Referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, conforme mencionado na Nota 7.

18. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício, e totalizaram R\$ 4.972 (R\$ 4.115 em 2021). O Banco não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Adicionalmente, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

19. CONTINGÊNCIAS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração.

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados "Provisões contingenciais - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 1.984 (R\$ 1.201 em dezembro de 2021). A principal ação refere-se a:

- O Banco possui provisionado o montante de R\$ 1.076 decorrentes de recebimento referente à restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, visto que o tema depende de apreciação do STF.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 8.033 (R\$ 8.904 em dezembro de 2021) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 12.330 (R\$ 11.452 em dezembro de 2021) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2021	1.201	8.904	11.452	21.557
Constituição / Reversão	783	866	2.552	4.201
Atualização monetária	-	-	-	-
Baixas por pagamento	-	(1.737)	(1.674)	(3.411)
Saldo final em 31/12/2022	1.984	8.033	12.330	22.347

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	2022			
	Valor referencial	Valor líquido	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	4.153.651	75.158	180.270	105.112
Total	4.153.651	75.158	180.270	105.112

	2021			
	Valor referencial	Valor líquido	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	3.062.651	(61.913)	78.423	140.336
Total	3.062.651	(61.913)	78.423	140.336

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2022	62.796	127.707	(10.233)	180.270
31/12/2021	785	77.922	(284)	78.423

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor notional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor notional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas. A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" (mensurado através das metodologias Δ VEE – *Delta Economic Value of Equity* e Δ NI – *Delta Net Interest Income*). Quando o *gap* ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários
A seguir são apresentados os saldos de reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2022	2021
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	105.112	140.336
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	(47.300)	(63.151)
Ajuste de avaliação patrimonial	57.812	77.185

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

Resumo das operações de *swap* em aberto na data de 31 de dezembro de 2022

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI	3.820.000	4.224.095
Taxa 100,00% IPCA acumulada	333.651	346.758
Total	4.153.651	4.570.853
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	4.153.651	4.390.583
Total	4.153.651	4.390.583
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		180.270
Valor de mercado		180.270

c) Instrumentos e objetos de hedge

Especificações	2022		2022		Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva	Valor de mercado	Valor da curva	Valor de mercado	
Instrumento de hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Swap - DI/IPCA-PRE	4.580.253	4.505.096	4.570.853	4.390.583	180.270
Item objeto de hedge	Valor da curva		Valor de mercado		
CDB / LCA / DPGE / LF / CDI	4.626.261		4.626.264		(3)

* O teste de efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

Especificações	2021		2021		Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva	Valor de mercado	Valor da curva	Valor de mercado	
Instrumento de hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Swap - DI/IPCA-PRE	3.220.207	3.282.119	3.233.651	3.155.228	78.423
Item objeto de hedge	Valor da curva		Valor de mercado		
CDB / LCA / DPGE / LF / CDI	3.316.283		3.316.288		(5)

* O teste de efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

21. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificamos os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo utilizando a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: as informações são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: as informações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	2022			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	893.079	-	893.079	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	14.784.290	-	-	14.566.527
Títulos e créditos a receber	4.900.875	-	-	4.900.875
Outros ativos financeiros	278.240	-	278.240	-
Total	20.856.484	-	1.171.319	19.467.402
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	3.117.480	-	3.128.575	-
Depósitos a prazo	2.439.087	-	2.491.765	-
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	2.183.103	-	2.169.459	-
Obrigação por emissão de letras financeiras	3.408.991	-	3.542.262	-
Repasse do país - instituições oficiais	6.324.261	-	5.675.638	-
Repasse no exterior	328.718	-	331.905	-
Instrumentos financeiros derivativos	20.892	-	20.892	-
Dívidas subordinadas elegíveis ao capital	307.420	-	411.564	-
Outros passivos financeiros	261.659	-	261.659	-
Total	18.391.611	-	18.033.719	-

	Valor contábil	2021		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	601.451	-	601.451	-
Operações de crédito e arrendamento mercantil	11.290.063	-	-	11.073.578
Títulos e créditos a receber	2.628.772	-	-	2.628.772
Outros ativos financeiros	169.273	-	169.273	-
Total	14.689.559	-	770.724	13.702.350
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	2.281.896	-	2.296.091	-
Depósitos a prazo	1.758.663	-	1.746.718	-
Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio	1.184.734	-	1.167.636	-
Obrigação por emissão de letras financeiras	1.294.464	-	1.323.435	-
Repasse do país - instituições oficiais	5.877.153	-	5.308.936	-
Instrumentos financeiros derivativos	28.894	28.894	-	-
Outros passivos financeiros	34.456	-	34.456	-
Total	12.460.260	28.894	11.877.272	-

Os métodos e as premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa** - compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 3 (três) meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.
- Operações de crédito e títulos e créditos a receber** - O valor justo foi estimado com base no valor futuro dos portfólios de crédito e aplicado taxa de desconto composta por custo de captação e *spread*, conforme detalhado abaixo:
 - Custo da captação das operações não BNDES: representado pelo % do CDI aplicado sobre a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Custo da captação das operações BNDES: como aproximadamente 90% das operações de crédito do BNDES são indexadas à taxa prefixada, para efeitos de marcação a mercado será utilizada a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Spread* da Operação: abrange impostos, provisão para risco de crédito, despesas operacionais e administrativas e a margem definida nos Comitês de Precificação.
Para instrumentos financeiros representados por contas a receber de curto prazo, para quais o valor presente dos fluxos de caixas futuros não difere significativamente do valor contábil, presumimos que o valor contábil é uma estimativa confiável do valor justo.
- Ativos e passivos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.
- Depósitos interfinanceiros** - As transações praticadas interfinanceiras são rotativas, não permanecendo no passivo, assim representam um valor justo da operação e próximo de seu valor contábil.
- Depósitos a prazo** - O valor justo dos depósitos a prazo prefixados foi estimado com a utilização do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que o Banco oferece na data do balanço. Por tratar-se de dados não observáveis de mercado, esta operação está inserida no nível 3 na classificação da hierarquia do valor justo.
- Obrigação por emissão de letras imobiliárias, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras** - foram estimados com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos da data do balanço.
- Repasse do país - instituições oficiais** - Os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.
- Instrumentos financeiros derivativos**: têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado divulgados pela B3 na data do balanço.

Análise de sensibilidade

O Banco CNH utiliza a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), como uma das metodologias de análise de sensibilidade ao risco de flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição.

Nesse sentido, a mensuração e a dimensão das exposições ao IRRBB são feitas pela média entre o Δ VEE (*Delta Economic Value of Equity*) e Δ NI (*Delta Net Interest Income*), metodologias padrões estabelecidas na Circular nº 3.876/2018 do Banco Central do Brasil.

Para fins desta publicação, definem-se:

Δ VEE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Δ NI como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O quadro abaixo apresenta os valores de sensibilidade para o cenário paralelo de alta e o cenário paralelo de baixa, apurados pelo Δ VEE e Δ NI, referentes à posição da carteira em 31 de dezembro de 2022:

	Δ VEE		Δ NI	
	2022	2021	2022	2021
Cenário paralelo de alta	186.102	134.134	-	13.657
Cenário paralelo de baixa	-	-	48.844	-
Varição máxima	186.102	134.134	48.844	13.657
	2022	2021		
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	1.864.375	1.558.366		

Mais detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site https://www.cnhindustrialcapital.com/pt_br através do documento – Relatório de Gestão de Riscos – Pilar 3 – 4º Trimestre de 2022. Este documento / informações não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE REGULATÓRIO

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do Banco CNH Industrial, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado não recorrente regulatório		
Crédito tributário majoração alíquota da CS (a) (b)	-	884
Doações	5.562	3.039

- Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de 15% para 20%, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, de 13 de novembro de 2019, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.
- Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), de 20% para 25%, nos termos da Lei nº 14.183 de 14 de julho 2021, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL.

23. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 4.958/21, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito, a partir de 3 de janeiro de 2022. O Índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 é 11,09% (11,61% em 2021). A redução no índice de basileia foi basicamente aumento no portfólio ponderado (RWA) no exercício de 2022. O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) de 3,09% acima do mínimo exigido (8,00%).

24. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN nº 4.966/2021

Em cumprimento do disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021, artigo 76, §2º, inciso II, apresentamos as principais etapas do Plano de Implementação da Regulamentação Contábil, aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em 24/06/2022, as quais serão desenvolvidas até a entrada em vigor da norma em 1º/01/2025:

- Revisão dos critérios de Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros;
 - Adequação do modelo de Apuração da Provisão para Perdas Esperadas, associadas ao Risco de Crédito;
 - Adequação de Sistemas;
 - Ajustes de Políticas, Normas e Procedimentos.
- Importante destacar que o plano de implementação poderá sofrer alteração por parte do Banco Central, de regulamentações e/ou normas complementares à Resolução supracitada.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 87.916 através de emissão de 87.915.470 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada, que foram distribuídas proporcionalmente à participação de cada acionista da Companhia, conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2022. O valor está registrado no patrimônio líquido do Banco, como aumento de capital. A homologação pelo Banco Central do Brasil ocorreu no dia 26/01/2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**ODDONE INCISA**
Presidente**VILMAR FISTAROL**
Membro**FABIOLA TEMPONI**
Membro**BIANCA BELOTTI**
Membro**HEBERSON GOES**
Membro**DIRETORIA****HEBERSON GOES**
Presidente**DIOGO BIZINELLI**
Diretor
Responsável pela contabilidade**JUCIVALDO FEITOSA**
Diretor**MARCIO CONTRERAS**
Diretor**REGIANNE VASSÃO**
Diretora**CARLOS BERNARDIS**
Diretor**MARCELO DALCUCHE**
Diretor**COMITÊ DE RISCOS****FABIOLA TEMPONI**
Presidente**CHRISTIAN ROSSI**
Membro**HEBERSON GOES**
Membro**CARLOS BERNARDIS**
Membro**TELMA CRACCO**
Presidente**HEBERSON GOES**
Membro**BRUNO NOGUEIRA**
Membro**RAFAEL PIMENTA**
Membro**COMITÊ DE AUDITORIA****DIOGO BIZINELLI**
Presidente**HEBERSON GOES**
Membro**JUCIVALDO FEITOSA**
Membro**REGIANNE VASSÃO**
Membro**CONTADORA**
JANE BRAZ
CRC PR-038616/O**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por: (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do banco, da auditoria interna e auditoria independente.

O Comitê de Riscos avalia e supervisiona a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propõe alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira / contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 31/12/2022 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. (Banco) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$ 19.685.165 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 600.830 mil. Durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2022, o Banco registrou receita com operações de crédito no montante de R\$ 1.486.402 mil e despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 143.255 mil.

Consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento significativo aplicado pela diretoria em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico, conforme Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que subsustancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação de existência de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto:

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes, no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de

auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.